

COM VOCÊ

Informativo bimestral do Fundo de Pensão Multipatrocinado

maio/junho2006 ano4 nº17

Time de craques

Logo no primeiro ano em que foi formada, em 1978, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) criou sua primeira Comissão Técnica. O grupo, que não tinha caráter permanente, foi estruturado para examinar um anteprojeto da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a edição de uma instrução sobre a compra e venda de valores de títulos.

“A partir da década de 80, as Comissões Técnicas Nacionais passaram a integrar de forma regular a vida associativa”, diz Devanir Silva, superintendente geral da Abrapp. “Atualmente, temos dez grupos nacionais que reúnem em seus quadros 144 dos melhores técnicos do sistema de fundos de pensão.” Vale destacar que representantes do Funbep estão presentes em sete das dez Comissões (veja quadro). Além dos times nacionais, há também sete Comissões Técnicas Regionais (CTR) que atuam localmente e possuem 30 membros. O Funbep está representado na CTR Sudoeste de Controles Internos.

A meta das Comissões Técnicas Nacionais (CTNs) é oferecer subsídios para a realização de estudos, treinamento e desenvolvimento dos profissionais do segmento, dando apoio técnico às ações da Diretoria da Abrapp, com suas análises e pareceres. Cada CTN é presidida por um coordenador (indicado pelo diretor da respectiva área na Abrapp) que tem como atribuições convocar as reuniões, determinar a pauta, dirigir os trabalhos, distribuir as tarefas, preparar as atas e definir eventual proposta de substituição de membros.

Discussões de alto nível

As CTNs são integradas por, no mínimo, seis membros e o número máximo de participantes é estabelecido pelo diretor da área dentro da Abrapp. A composição da

Comissão é revista a cada ano, ficando a critério da Diretoria da Associação a indicação e substituição de membros, por proposta do diretor da área.

Esses grupos podem responder a consultas e produzir pareceres que lhes forem solicitados, desde que autorizados pelas Diretorias da Abrapp às quais estão ligados. “Ao reunir muitos dos melhores profissionais do sistema, as CTNs operam como um importante fórum de debates e troca de idéias e experiências”, comenta Devanir Silva. “Por isso, elas fornecem valiosas contribuições, tendo participação inestimável no aprofundamento e amadurecimento de inúmeros temas.”

Entre os assuntos que contaram com o expertise das CTNs, estão a discussão da Lei no 11.053, que trouxe um novo modelo de tributação há muito solicitado pelos fundos de pensão, o aperfeiçoamento da Resolução no 13, que representou um grande avanço em termos de controles internos e compliance, a criação do primeiro Dicionário de Termos Técnicos do setor e a nova planificação contábil. “São vários os exemplos de sucesso, pois as Comissões Técnicas têm formado um vasto acervo de conhecimentos que honra e amplia a cultura previdenciária complementar no país”, conclui Devanir Silva.

Atualmente, dez CTNs estão em ação na Abrapp, sendo que sete delas (indicadas com *) contam com a participação de representantes do Funbep. Confira os temas abordados pelos dez grupos:

- Assuntos Jurídicos
- Atuária*
- Comunicação e Fomento*
- Contabilidade*
- Controles Internos e Compliance*
- Gestão Corporativa
- Investimentos*
- Recursos Humanos
- Seguridade*
- Autogestão em Saúde*



A partir dessa edição, iremos detalhar o trabalho das Comissões que têm participantes do Funbep. Dando início a essa série, veja, nas páginas 2 e 3, uma entrevista exclusiva com o coordenador da Comissão Técnica Nacional de Seguridade, Aldo Júlio Ferreira.

Atenção voltada para a segurança do sistema

Com 21 anos de experiência no setor, **Aldo Julio Ferreira**, assessor da Diretoria de Seguridade do Postalís (fundo de pensão dos Correios), coordena a Comissão Técnica Nacional (CTN) de Seguridade da Abrapp desde novembro de 2002. Com reuniões mensais, essa CTN conta com 15 integrantes – entre eles, Arnaldo Serighelli, da Diretoria Executiva do Funbep.

Segundo Aldo, a Comissão vem tendo participação destacada no processo de regulamentação da nova legislação básica da previdência complementar no país. Nesse sentido, tem apreciado os temas e fornecido à Abrapp subsídios para se manifestar a respeito das regras a serem expedidas pelos órgãos normativos (Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC) e de fiscalização do sistema (Secretaria de Previdência Complementar - SPC). Acompanhe a entrevista concedida por Aldo Julio Ferreira ao informativo "Funbep com você":



.....

Em que sentido a Resolução nº 13 representou um avanço para o sistema?

Na realidade, desde a edição das Leis Complementares nº 108 e 109, de maio de 2001, os fundos de pensão vêm sendo submetidos a reformas que visam à melhoria de seus padrões de controles, transparência e informações, tanto na administração de seus ativos financeiros quanto na administração dos passivos dos planos de benefícios.

Sem dúvida, a Resolução nº 13, de outubro de 2004, foi um grande passo na profissionalização da gestão dos fundos de pensão no Brasil. O desafio é mostrar aos administradores que a gestão de risco melhora os processos e minimiza a possibilidade de danos nas entidades. Essa evolução precisa ser amplamente difundida e divulgada junto aos participantes, assistidos, patrocinadores, ao mercado e à sociedade, visando demonstrar a verdadeira função social das entidades e sua real importância para a garantia do padrão econômico dos trabalhadores na inatividade e para o desenvolvimento do país.

.....

Quais os principais benefícios trazidos por essa Resolução?

A Resolução é de suma importância para

aprimorar a transparência do sistema e os mecanismos de gestão e governança dos fundos de pensão. Um de seus principais benefícios diz respeito ao fato de que ela representa um valioso passo no sentido da auto-regulamentação, conforme antiga reivindicação do setor. Nesse sentido, fica evidente o objetivo de atender a uma das preocupações da SPC com a previsão de que os mecanismos de autofiscalização estejam ajustados ao porte e perfil de complexidade dos fundos de pensão.

Ademais, cabe destacar que a Resolução procura estabelecer uma delegação clara de competência entre os órgãos estatutários, além de indicar objetivamente a necessidade de adoção de um código de conduta e da crescente qualidade técnica dos gestores, dentre outros benefícios para sistema.

.....

E quais as dificuldades geradas pela Resolução?

Por certo, uma das maiores dificuldades provocadas pela resolução refere-se à sua efetiva implementação, em face das condições e prazos estipulados, tendo em vista a necessidade de uma grande reestruturação dos fundos de pensão.

Além do mais, não podemos deixar de mencionar que, em função da grande

heterogeneidade das mais de 300 entidades existentes, cada fundo, praticamente, deverá desenvolver um modelo específico e mais adequado à sua realidade, tamanho e nível de complexidade. Esse novo modelo de reestruturação, por certo, levará a um considerável aumento das despesas administrativas, que representarão maior peso às entidades de menor porte, principalmente em função da nova estrutura de suporte a ser viabilizada com vistas ao fiel cumprimento da Resolução nº 13.

.....

Quais são os maiores riscos que rondam os fundos? Em que etapas do processo eles são mais graves?

Até pouco tempo, quando se falava em riscos dos fundos de pensão, quase todo o enfoque era dado aos ativos, ou seja, ao risco financeiro (risco de mercado) e aos riscos de natureza econômica e atuarial (inadequação de premissas, principalmente, a taxa de juros). Todavia, mais recentemente, passou-se a dar maior abrangência aos demais riscos existentes que afetam as atividades dos fundos, a exemplo do que ocorre em qualquer outra organização empresarial, tais como riscos operacional, financeiro, atuarial, jurídico e de imagem.

No tocante ao passivo dos fundos, mais precisamente à seguridade, podemos indicar que os maiores riscos estão relacionados, em especial, a seis temas: desenho dos planos de benefícios, regulamentação e interpretação de normas, sistemas de informática, dados cadastrais, concessão e manutenção de benefícios e comunicação e informação.

Todos os riscos apresentam certo grau de repercussão nos resultados na administração dos planos, mas se tivéssemos que apontar um como sendo o mais crucial para o processo de monitoramento de riscos, indicaríamos a correção e fidedignidade das informações cadastrais. Afinal, este é um procedimento elementar e básico para, praticamente, todos os outros processos.

.....

Como esses riscos podem ser minimizados?

Com vistas a minimizar os riscos de um fundo de pensão, deve-se desenvolver sistemas de controles internos eficientes e adequados, mas com custos aceitáveis, de forma que os objetivos e metas sejam atingidos de forma satisfatória.

Com os riscos sempre monitorados, os erros e

procedimentos ilegais ou mesmo fraudulentos tendem a ser evitados e, na sua eventual ocorrência, devem ser detectados e corrigidos no menor espaço de tempo possível, como parte das atribuições habituais do corpo profissional da entidade.

A adoção de controles eficientes permite à entidade cumprir os objetivos de maneira correta com a mínima utilização de recursos. A eficiência do sistema de controle interno deve possibilitar detectar não somente irregularidades e fraudes, mas também erros ou atos não-intencionais. Assim, os riscos quando devidamente monitorados podem ser eliminados, reduzidos ou compartilhados.

.....

Falhas em fundos específicos podem gerar impactos sobre o sistema como um todo e, portanto, ter reflexos mesmo sobre entidades que estão em dia com seus controles e sistemas?

Caso um fundo de pensão tenha um bom sistema de controle interno, a probabilidade de ocorrência de falhas e erros tende a diminuir sensivelmente, conforme expliquei anteriormente.

Apesar de as falhas em um fundo de pensão não interferirem diretamente no desempenho de um outro fundo, eventuais situações indesejáveis relacionadas a problemas e erros de qualquer natureza podem comprometer a imagem do sistema como um todo, sobretudo perante a imprensa e a sociedade. Além disso, pode-se repassar insegurança aos próprios participantes ("se isto está acontecendo com o fundo 'tal', pode também acontecer com meu fundo"). Por isso, a transparência é importante para todos.

.....

Como estão os fundos brasileiros em relação à sua segurança?

Os fundos de pensão brasileiros, praticamente, não deixam muito a desejar em relação aos estrangeiros. A partir do processo de modernização da previdência complementar, o Brasil passou a ter uma das legislações mais modernas do mundo que inovou e aprimorou, sensivelmente, sua administração, buscando cada vez mais uma gestão profissionalizada dos dirigentes e a democratização, com a participação efetiva dos participantes nos órgãos estatutários. Apesar destes importantes avanços, temos muito a fazer e crescer e assim permitir que, cada vez mais, um contingente maior da população brasileira esteja amparado pela previdência complementar.

Conquistas merecidas

Atualmente, aos 61 anos, o curitibano Luis Fernando Costa Franco considera que atingiu o ponto exato para aproveitar as coisas boas da vida: a família, as atividades físicas e as viagens. Acompanhe seu depoimento:

“Ingressei no Banestado em 1968 com a missão de entrevistar pessoas interessadas em obter crédito imobiliário. Nesse período, era estudante de Direito e, quando me formei, em 1970, me especializei em transações imobiliárias. Nossa equipe trabalhava com estabilidade e competência e sentia um grande orgulho em fazer parte da organização.

Cresci na carreira - de entrevistador a chefe de Divisão - porque tive o apoio de pessoas sérias e aprendi com meus pais que tudo só acontece por merecimento. Com os rumores sobre mudanças na legislação previdenciária, em 1993, me aposentei e, no ano seguinte, deixei o banco ainda com muito pique. Durante um ano e meio, minha vida foi viajar e curtir a família – minha esposa Ana Luisa e minhas filhas Ana Paula, Luísa Helena, Maria Amélia e Fernanda Cristina.

No entanto, a falta do ritmo acelerado do trabalho me motivou a regressar ao Banestado, prosseguindo posteriormente no Itaú como consultor jurídico junto à Diretoria de Crédito Imobiliário por mais oito anos. Desde que saí definitivamente do Banco, em 2002, mantenho um escritório ao lado de casa para atender profissionais de empresas, imobiliárias, incorporadoras e construtoras. Com o negócio próprio, minha atividade é moderada e vou levá-la adiante até quando tiver clientes.



Arquivo Pessoal

Trabalho à tarde e, de manhã, pratico musculação, alongamento e hidroginástica. Usufruo a oportunidade de visitar uma vez por ano minha filha mais velha e meus netos na Dinamarca. Gosto também de viajar com a família para a praia de Guaratuba (a 120 quilômetros de Curitiba) e de participar dos eventos do clube e das reuniões periódicas com os ex-colegas do trabalho.

Incentivo todos a cuidar da saúde, manter a consciência tranqüila, cooperar com os outros e sempre ter um bom conselho a oferecer.”



“Quem se apaixona por si mesmo não tem rivais.”

Benjamin Franklin, estadista e cientista norte-americano.



Um benefício e tanto!

Que os aposentados reconhecem o valor do Funbep, é fácil entender. Afinal, eles já desfrutam a aposentadoria e sentem, concretamente, as facilidades trazidas pelo fato de contar com um plano fechado de aposentadoria complementar. Para falar sobre esse tema, ouvimos três participantes ativos – ou seja, pessoas que estão em plena atividade profissional. Será que eles já pensam na aposentadoria? O que acham dos benefícios oferecidos pelo Funbep? Confira suas opiniões:



“De maneira geral, as pessoas ainda não se preocupam muito com a aposentadoria no Brasil - principalmente os mais jovens que estão mais interessados em se empregar e construir sua carreira. Acontece que, para aproveitar bem a aposentadoria, quanto mais cedo a gente começar se programar, melhor. Com o Funbep, sei que terei mais serenidade quando chegar essa nova fase da minha vida.”
Valentin Navarro Matoro, Gerência de Processamento de Serviços de Agências, Curitiba Leste.

“Acho muito importante contar com uma entidade sólida, bem organizada e bem administrada como o Funbep. Isso faz com que possamos ter maior tranquilidade ao pensar em nosso futuro. Trata-se de um ótimo diferencial oferecido pelo Banco que vai nos garantir segurança no momento da aposentadoria. É como se tivéssemos uma poupança para usufruir melhor o dia seguinte.” **Bruno Lofhagen Cherubino**, da Superintendência Comercial – Poder Público, Rio de Janeiro.



Fotos: Divulgação



“A condição de vida da maioria dos aposentados brasileiros é precária. Essas pessoas recebem um benefício muito baixo, depois de anos de trabalho. Por isso, penso que a previdência complementar é uma excelente alternativa para evitar tal situação. Com o Funbep, acredito que conseguirei manter um bom padrão de vida e usufruir as vantagens da aposentadoria, sem preocupações financeiras.” **Edson Arias**, Gerência de Processamento e Serviços de Agências, Londrina, Paraná.

MPS divulga contas na internet

Foi lançada, em março, a página eletrônica da Transparência Pública do Ministério da Previdência Social (MPS), no endereço <http://www.previdencia.gov.br/transparencia/index.asp>.

Nela, os usuários têm acesso à execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens aéreas e diárias de servidores, além de informações sobre gastos com suprimento de fundos e cartões corporativos.

A divulgação das contas do governo federal na internet foi determinada pelo Decreto nº 5.482, de 20 de junho de 2005, que definiu prazos para que todos os ministérios e demais órgãos e entidades da administração pública federal coloquem suas contas na internet, facilitando o controle pelo cidadão. O MPS disponibilizou também dados sobre recursos humanos e procedimentos disciplinares, além de um glossário que explica os termos presentes no descritivo dos gastos.

Novo demonstrativo de investimentos

O secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, assinou, no dia 28 de março, a Instrução nº 10 que estabelece procedimentos para o preenchimento, envio e divulgação do Demonstrativo de Investimentos dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Com bases mensais e por plano de benefícios, o novo demonstrativo substitui o DAIEA (Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações) que era trimestral e por entidade. O objetivo da mudança é possibilitar acompanhamento mais dinâmico, transparente e simples e melhor supervisão das aplicações financeiras feitas para cada plano.

O acesso ao novo Demonstrativo de Investimentos pode ser feito diretamente na página eletrônica do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Previdência Complementar (<https://daieaweb.previdencia.gov.br/daiea/>). O usuário e a senha são os mesmos já usados pelas entidades para acesso ao Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB).

Atendimento Funbep (41) 3883-7000 ou 0800 419 050

Informativo bimestral do Funbep - Rua Marechal Deodoro, 421 - 3º Andar - CEP 80020-320 - Centro - Curitiba (PR) • Projeto editorial: Palavra. Oficina de Textos • Tel. (11) 3034-0007 • Jornalista responsável: Beth Leites (MTb 20.273) • Projeto gráfico: Hiro Okita • Tiragem: 7.275 exemplares.

